



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Coletivos Negros e Educ(ação)

AN Original

A Lei nº 12.711 (cotas) sancionada em 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio na sociedade brasileira, e destaca que as(...)

Por Marcos Silva



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Invisible faces and silent voices in media representations of the climate crisis

AN Original

In January 2020, Associated Press published a photo of four young European climate activists at the World Economic Forum in Davos. A wave of indignation ensued, quickly prompting the news agency to correct its piece,(...)

By Carlota Houart



pt Reflexão Anti-Heteropatriarcado

O vídeo que chocou Moçambique

AN Original

Num ambiente tenso em que prosseguem acções armadas no centro do país e um movimento insurgente cada vez mais activo no norte, e que já fez milhares de refugiados, começou a circular nas redes sociais, por volta(...)

Por Maria José Arthur



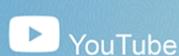
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

O barco da ciência na turbulência da crise

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por João Arriscado Nunes



Coletivos Negros e Educ(ação)

AN Original

2020-10-13

Por Marcos Silva

A [Lei nº 12.711](#) (cotas) sancionada em 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio na sociedade brasileira, e destaca que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. E deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.

Nas palavras de [Joaquim B. Barbosa Gomes](#), as ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

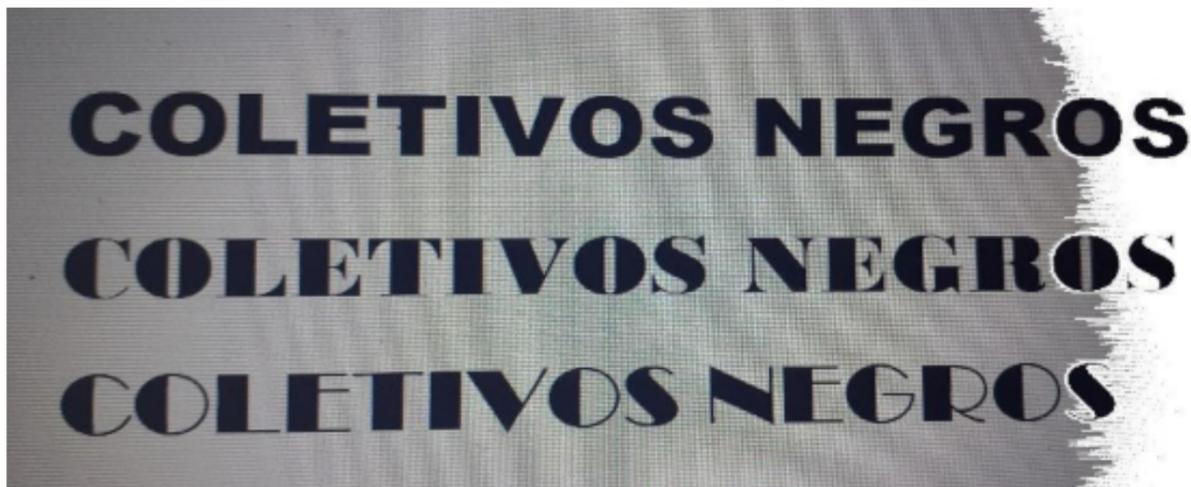
Uma vez que as ações afirmativas são utilizadas no ensino superior brasileiro (universidades públicas), destaca-se o importante trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA/IESP/UERJ) que tem produzido conhecimento sistemático sobre a temática. Nesse sentido é possível verificar o estágio das ações afirmativas nas universidades no país, como pudemos observar no [Mapa das Ações Afirmativas – GEMAA](#).

Nesta direção ressalta-se a importância e atuação dos movimentos sociais brasileiros (Movimento Negro) que trouxeram as discussões sobre o racismo, a discriminação, as ações afirmativas, entre outras para a agenda política no Brasil. Como bem apontou [Nilma Lino Gomes](#), a atuação do Movimento Negro também se deu nos fóruns decisivos da política educacional, reivindicada pelos movimentos sociais negros desde o início do século X. A inclusão da população negra no sistema educacional público brasileiro aparecia como recurso argumentativo nos debates educacionais em décadas passadas. Na década de 2000 o Movimento Negro intensificou ainda mais o processo de ressignificação e a politização da raça. Cabe ainda destacar que as políticas de ações afirmativas fazem parte das discussões internas desse movimento social desde os tempos da atuação política de Abdias do Nascimento, e gradativamente, passaram a ocupar um lugar de destaque na sua pauta de reivindicações na luta por uma educação antirracista.

Embora as políticas públicas educacionais já estejam em vigor no país, em especial as Leis nº 10.639/2003 (história e cultura afro-brasileira e africana) e, suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Além da Lei nº 11.645/2008 (história e cultura afro-brasileira e indígena) e, as ações afirmativas. Observa-se que, com o ingresso na universidade, os estudantes pretos e pardos (negros) e indígenas, lutam por reivindicações com vistas à uma educação antirracista que valorizem tais presenças nas instituições de ensino superior (expressões políticas, culturais, sociais, referenciais epistemológicos). Dentre outras, cita-se como exemplos: as políticas de permanência (bolsa); a moradia; o transporte; a alimentação. Além de questões subjetivas (representatividade do corpo docente). O número de estudantes negros/as cresceu nas universidades, mas ainda é reduzido o número de professores/as negros/as, como pudemos observar em [reportagem do Jornal da Unicamp](#). Ressalta-se ainda o debate sobre a produção teórica, as práticas educacionais, a cultura acadêmica e o currículo das escolas e das universidades, e a valorização da história e cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas.

Nesta direção, na investigação em desenvolvimento do projeto Politics temos nos deparado com a importância dos coletivos negros (movimento estudantil negros) nas universidades, muitos deles criados a partir da invisibilidade da temática racial no currículo acadêmico, seja como disciplina, ou como tema transversal. Observa-se que o debate sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, ainda se dá, muitas vezes, em disciplinas optativas.

Os coletivos negros têm promovido debates, rodas de conversas, mesas de discussões, enfatizando a necessidade de atualizações na estrutura curricular relacionadas à questão racial (implementação de disciplinas obrigatórias, referencial teórico-metodológico). Assim como o compartilhamento de produção intelectual dos coletivos negros e de referências negras, para além dos muros acadêmicos.



Fonte: foto do autor

De modo geral os coletivos negros em universidades (públicas e privadas) têm atuado, por meio de projetos em escolas públicas e particulares, objetivando dialogar e trocar saberes, cultura, história, ancestralidade com a comunidade escolar. O surgimento de inúmeros coletivos negros nas universidades mostra que a questão racial vem conquistando maior destaque nos últimos anos no ensino superior no Brasil e apresenta a possibilidade de um diálogo entre esses coletivos negros e comunidade acadêmica (instituição, alunos, professores), por meio de diálogos e debates considerados de extrema importância a toda sociedade, como é o caso do racismo, da discriminação racial. Esses coletivos negros têm criado espaços na mídia (jornais, redes sociais) para divulgar narrativas negras no espaço cultural, e principalmente para denunciar o racismo na sociedade brasileira. Outras pautas desses coletivos negros buscam dar visibilidade ao sistema de cotas para a pós-graduação, ampliação de restaurantes universitários. Assim como promovendo debates e roda de conversas sobre a comissões de heteroidentificação racial (sistema de cotas) relativas ao ingresso nas universidades para discutir o funcionamento e a importância dessas comissões. Essas comissões foram criadas para evitar fraudes no ingresso por meio do sistema de cotas. Isto é, instauram-se bancas para realizar a averiguação presencial das autodeclarações. Dessa forma, as instituições verificam se os candidatos realmente têm direito à cota ou se estão tentando fraudar o sistema. Portaria Normativa nº 4/2018.

Entre outras constatações da importância dos estudos das relações étnico-raciais no campo deducional na sociedade brasileira, cita-se: os inúmeros Grupos de Pesquisas que constam registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); os Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros; a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). A Associação, desde a década de 2000 tem se destinado à defesa da pesquisa acadêmico-científica e tem reunido e fortalecido pesquisadores/as negro/as e outros/as pesquisadores/as que trabalham com a perspectiva de superação do racismo, e com temas de interesse da população negra nas sociedades contemporâneas, em especial, no Brasil, na África e na Diáspora.

A ABPN tem realizado o importante Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/a. (COPENE). Vale lembrar que o XI COPENE tenho seu Congresso previsto para o mês de novembro de 2020 junto à Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba no Brasil [ABPN](#)

Marcos Silva, doutor em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais, Univ Coimbra (Projeto: 725402 – POLITICS – ERC-2016-COG).



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Invisible faces and silent voices in media representations of the climate crisis

AN Original

2020-10-06

By Carlota Houart

In January 2020, Associated Press published a photo of four young European climate activists at the World Economic Forum in Davos. A wave of indignation ensued, quickly prompting the news agency to correct its piece, when a shocking revelation was made: the original photo was not of four, but of five girls standing side by side. Ugandan climate activist Vanessa Nakate was cropped out of the photo, and no mention of her could be found in the text that came with it. The most striking difference between Nakate and the other girls? She is African, and black.



Vanessa Nakate, Luisa Neubauer, Greta Thunberg, Isabelle Axelsson and Loukina Tille, from left, in Davos. Photograph: Markus Schreiber/AP

This startling event constitutes a clear example of the power that the media hold in shaping dominant perceptions of the climate crisis and of the people and groups involved in global climate conversations; ultimately, their role as gatekeepers effectively determines whose faces we see and whose voices we hear. As such, it invites a critical reflection on the way mainstream media coverage of climate change represents a system of inclusion and exclusion in itself, closely associated with dynamics of power and hegemony in contemporary societies. In fact, while it is people in the Global South who will bear (and are already bearing) the greatest brunt of the climate crisis, they tend to be continuously excluded from international climate debates and decision-making processes. Indeed, areas of the planet that are most exposed to the impacts of this crisis are usually found in the peripheries and consequently geopolitically removed from centres of power in media and politics. Taking into account that mass media are the most important sources of information about climate change that people resort to, it becomes especially relevant to understand the way they – particularly mainstream media – have been (mis)framing this crisis, and the range of actors that populate these media representations.

Media's role as potential producers of reality; the fact that they are both significant arenas and agents in the production, reproduction or contestation of the meanings of social issues like climate change; and the way they authorise and amplify particular voices, therefore lending both social credibility and authority to specific actors and their arguments – means that they can either perpetuate or help to

dismantle dominant narratives in the capitalist, colonialist, patriarchal and anthropocentric systems – as it has been widely discussed. Mainstream media coverage of the climate crisis tends to focus on high-profile intergovernmental meetings such as the COPs, where international climate politics is debated by political and scientific elites that are predominantly Western and male. This is, in part, a reflection of the fact that, as Araújo and Santos argue, – despite their universality – mainstream media have evolved along the axis of Western modernity and its meta-narratives of progress, science and technology, hence presenting a biased and partial picture of the world that recognises only specific actors and forms of knowledge. Accordingly, to look at media representations of the climate crisis through the lens of the Epistemologies of the South can thus help us to see how, in this domain as well, there seems to exist a metaphorical abyssal line separating the North from the South and treating the “other side” as more than irrelevant; as non-existent.

As a result of this, mainstream (Western) media perpetuate a double tendency of silencing and rendering invisible certain groups and individuals. Firstly, Indigenous, non-Western people are typically left outside the formal structure of international climate negotiations, meaning that their voices are silenced from most climate-related media stories. When they do appear, they are mostly portrayed as an exotic symbol of the urgency of the climate crisis, as passive subjects instead of as active agents. Secondly, this marginalisation of stakeholders and actors also has an important gendered dimension, due to an “over-representation” of male bodies, both in intergovernmental institutions (e.g. the UNFCCC), and among political leaders. The categories of “leadership” and “expertise” when it comes to climate change solutions are consequently mainly filled by Western, white, and male bodies and voices, which is closely connected to the fact that the climate crisis is most often portrayed as a scientific problem requiring scientific and technological solutions. This techno-scientific focus means that the social impacts of climate change tend to be undervalued or ignored, with less attention being paid to the issues that women and non-Western, Indigenous peoples traditionally organise around (e.g. environmental health; habitats; livelihoods).

This focus also means that non-Western and female knowledge about the crisis is typically seen as less advanced, less valid, or plainly disregarded – even though Indigenous peoples have for a long time maintained a mode of relationship with non-human nature that has historically been more sustainable than the one practiced by most Western societies; and that women have historically been the keepers of valuable environmental knowledge. The media’s “crucial responsibility as a source of information and opinions about science and technology for citizens” again means that they have a particular power to shape dominant perceptions of what constitutes knowledge in this domain. As stated by Indigenous scientist Kalamaoka’aina Niheu, “even among progressives and academics, the rationale behind the revitalization of indigenous science has sometimes been relegated to a quasi-mystical condescension”. She therefore challenges the idea that Indigenous spirituality is “not based on keen observation equally valid as Western science”, and calls for the rise of the Indigenous scientist.

The abyssal line separating Western media from non-Western media through the filter of technology – defining the first as that which is technological, modern, rational, efficient; and the latter as that which is exotic, superstitious, archaic and inefficient – is similar to the line separating Western and non-Western knowledge on climate change [1]. Here again we can see the usefulness of resorting to the lens of the Epistemologies of the South as processes that can help recover and value different forms of knowledge and alternative ways of engaging with the world, based on the practices and narratives of the social groups that simultaneously suffer and resist the oppressions caused by capitalism, colonialism, patriarchy and anthropocentrism. If the mainstream media keep producing narratives that render non-Western, non-male faces invisible, and that silence non-Western, non-male voices on the topic of climate change, they are active promoters of climate and social injustice. To overcome the abyssal line in media representations of the climate crisis means to seek other faces and voices, testimonies and experiences; to refuse to follow a “linear and monocultural narrative” and to expand political imagination far beyond the West, making it possible to imagine the future through the eyes and narratives of the historically excluded.

Nevertheless, media can also play a positive and potentially emancipatory role as content producers. Indigenous communities in Latin America, for example, are resorting to online media to draw attention to environmental destruction in their homelands (through platforms like Rádio Yandé or organisations such as Amazon Frontlines). The emancipatory potential of the media regards the fact that, in a way, anybody can be a content producer these days, by simply picking up a camera. A good example is Kynan Tegar, the fifteen-year-old Indonesian filmmaker whose environmental and climate activism is done through photography and videography. Critical, alternative, independent and Indigenous media therefore hold the power to tell different stories and to show different faces and voices. Of course, if the circuits of media production are controlled by hegemonic media elites, independent content is most likely going to face serious obstacles in trying to reach wider audiences. That is why it is also a responsibility of media audiences to search for alternative content that does not serve the political and economic interests of the elites standing behind the climate crisis.

[1] An article further exploring this topic and co-authored by Alexandre de Sousa Carvalho, Sofia José Santos and myself will soon be published on Commons. Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital.

Carlota Houart holds a degree in International Relations and an MA in International Relations - Peace, Security and Development Studies by the Faculty of Economics of the University of Coimbra. She is a junior researcher at the Centre for Social Studies, as part of the NHUMEP Peace Studies Group, within the project DeCode/M: "(De)Coding Masculinities: Towards an enhanced understanding of media's role in shaping perceptions of masculinities in Portugal". Her current research interests include: International Relations, peace and conflict studies; gender studies with a focus on masculinities; media studies; and environment and climate change.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

O vídeo que chocou Moçambique

AN Original

2020-09-25

Por Maria José Arthur



Num ambiente tenso em que prosseguem acções armadas no centro do país e um movimento insurgente cada vez mais activo no norte, e que já fez milhares de refugiados, começou a circular nas redes sociais, por volta do dia 14 de Setembro, um vídeo que mostra uma mulher nua a ser torturada e depois executada por homens fardados como as forças de defesa e segurança (FDS) nacionais.

Este vídeo vem corroborar os poucos testemunhos que conseguem romper a barreira informativa que o governo estabeleceu em torno desta zona de guerra e levantam suspeitas de raptos de jornalistas e de cidadãos/aos civis, bem como torturas, protagonizados pelas FDS e pelos insurgentes.

Pela crueza do vídeo, gravado pelos assassinos, a sociedade manifestou o seu horror e repúdio de várias maneiras, e obrigou o governo a pronunciar-se. Num primeiro momento foi emitido um posicionamento a condenar essas acções, mas posteriormente um porta-voz do governo vem apresentar a hipótese de o vídeo ter sido gravado por insurgentes que usavam o fardamento do exército.

Neste momento a sociedade civil e várias personalidades exigem uma investigação independente sobre o assassinato da mulher (ainda sem nome) e medidas imediatas para garantir a segurança das populações e sobretudo de mulheres e crianças em zonas de guerra.

O tempo da revolta

Há um antes e um depois. Um antes da morte gratuita e humilhante e um depois, quando nós assistimos em directo aos últimos momentos de sofrimento de uma mulher sozinha, desesperada e desesperançada, rodeada por predadores, de quem se calhar já só esperava a bala que pusesse fim à sua agonia. E com ela sentimos a dor no corpo, nos seios caídos, o peso do medo no peito e os olhos que já nada viam. E com ela sentimos a dor dos tiros que a jogaram no chão e a aniquilaram fisicamente, depois de ter sido já completamente destruída.

E por mais vividas e experientes que nos sintamos, com essa morte foi assassinada também a inocência que apesar de tudo ainda tínhamos, porque não poderíamos acreditar que a vida de uma mulher – afinal uma vida humana, embora alguns continuem a crer no contrário – pudesse ser destruída dessa maneira. Cada paulada que ela recebeu cavou mais fundo a nossa desilusão e cada riso triunfante aumentou o nosso ódio e o nosso nojo.

Não podemos impedir o sentimento de que depois de nos irem tirando direitos paulatinamente, agora roubaram-nos de vez a pátria, que já não nos atrevemos a sentir como nossa, das mulheres. São violações que ficam impunes ou nem sequer chegam à luz do dia, são leis que se ignoram a favor dos privilégios e preconceitos masculinos, são crianças de vida desfeita, é uma justiça comprada, ao serviço de quem paga e ainda tem Matalane. Matalane que está lá assim mesmo, há muitos anos, e que agora que se denunciou se minimiza: “Não são quinze grávidas, são só quatro”. E esse só doeu: só quatro vidas destruídas. Também no vídeo, foi só assassinada uma mulher!

E perante o horror mais absoluto e o inenarrável, não adiantam comunicados a condenar. Condena-se a perda da nossa humanidade? Condenam-se os predadores? E depois?

Escrevo este texto sentindo-me só e acuada. Sentindo-me órfã dos meus direitos. Sem saber se amanhã eu, a minha irmã, a minha amiga, a minha colega ou a minha filha estaremos em maior risco nesta sociedade onde os predadores andam impunes à luz dia, filmam as suas façanhas, riem-se sobre as vidas destruídas e ainda fazem bravatas. Nesta sociedade onde os predadores estão nas escolas, nos serviços e até no Parlamento, e onde a vida das mulheres, raparigas e meninas vale muito pouco.

Hoje não trago propostas, não trago esperança. Não consigo. Mas esta minha raiva, com a tua revolta e a nossa determinação, tem que trazer algo de bom.

Para todas as mulheres corajosas de Moçambique, um grande abraço.
Maria José Arthur

Maria José S. Ribeiro Arthur é feminista, antropóloga e activista social. Foi docente na Universidade Eduardo Mondlane, mas desde 2002 trabalha na WLSA a tempo inteiro, da qual é membro fundador. As suas áreas de intervenção são Violência de género e Direitos Sexuais e Reprodutivos



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

O barco da ciência na turbulência da crise

AN Original - Alice Comenta

2020-09-22

Por João Arriscado Nunes

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.



Numa imagem que foi muitas vezes evocada para justificar as posições anitfundacionalistas sobre a ciência, Otto Neurath comparou os cientistas a “marinheiros que têm de reconstruir o seu barco no mar alto, sem nunca poderem desmantelá-lo numa doca seca e reconstruí-lo a partir dos melhores componentes”. Apesar da frequente identificação de Neurath com o Círculo de Viena e com o positivismo lógico, é relevante, aqui, notar que a sua atribulada trajetória como filósofo, sociólogo, economista, militante político e participante em movimentos como a Bauhaus coincidiu com um período de permanente turbulência, entre o início da Primeira Grande Guerra e o final da Segunda Guerra Mundial. É conhecido o seu importante papel na efémera República da Baviera, em 1919, e no governo municipal socialista de Viena, enquanto proponente de uma reorganização económica baseada no planeamento – e que lhe valeu, para além da prisão e perseguição política pelas forças contra-revolucionárias da época, ser um dos primeiros alvos da crítica de Friedrich von Hayek, que viria depois a tornar-se parte da fundamentação epistemológica do neoliberalismo.

A imagem da ciência como um barco navegando em alto mar e permanentemente reconstruído pelos seus tripulantes reutilizando os materiais e recursos já existentes a bordo terá sido certamente influenciada por essa existência em que a exceção parecia ter-se tornado uma nova normalidade. No mar turbulento e revoltado de uma época em que nenhum porto seguro parecia estar à vista, a esperança nas respostas da ciência era temperada pelo reconhecimento da contingência e da incerteza à espreita nesse alto mar sem abrigo à vista. Mas essa contingência decorria também da própria dependência da sobrevivência do barco da ciência da organização da vida colectiva dos seus tripulantes, da divisão do trabalho, da sociabilidade, dos conflitos, das relações de poder e das formas de decisão colectiva que

marcavam a sua jornada, perante as limitações de matérias disponíveis para o trabalho de permanente reconstrução do barco. Esta, por sua vez, seria condicionada pela concepção, partilhada pelos tripulantes, em termos de forma, organização e função, do que tornava a embarcação em reconstrução reconhecível como o “mesmo” barco apesar das reparações, renovações, supressões, acrescentos e, eventualmente, inovações.

Uma limitação flagrante dessa imagem é a da referência sumária ao mar, que parece surgir apenas como condicionamento externo de um processo que depende, sobretudo, da ação de quem está no barco. No alto mar, para além da ausência de um porto no horizonte, não há ondulação, ventos, correntes, tempestades, avistamentos imprevistos de terra, criaturas marinhas. A turbulência que faz parte da própria existência dos mares em que o barco procura navegar parece poder ser suspensa, enquanto procede o trabalho de reconstrução. Se os viajantes não olharem para o que os rodeia para além dos limites materiais do barco e dos fenómenos que são identificados como incidindo directamente sobre a estabilidade, a mobilidade e as próprias condições de sobrevivência deste, a possibilidade de sucumbirem ou de serem afetados de modo indesejado e irreversível por forças ou eventos ignorados ou imprevistos cresce significativamente.

Uma outra ausência flagrante é a de embarcações, com outros seres humanos que navegam, a partir de modelos diferentes de objectos flutuantes, concebidos para outros tipos de viagens, com as suas invenções de materiais, de modos de propulsão, de saberes e práticas da navegação, de ação colectiva e de divisão de tarefas, das suas relações com ondas, ventos ou tempestades. A jornada em alto mar do barco da ciência não parece incluir os encontros, os ensaios de tradução intercultural, os diálogos, as trocas, as aprendizagens mútuas, mas também os confrontos e conflitos ou o evitamento mútuo que esses encontros tornam possíveis. A viagem do barco da ciência pode, assim, tornar-se um imenso exercício de desperdício de reconhecimento da imensa riqueza do mundo, das experiências e dos conhecimentos que fazem essa riqueza. E esse desperdício pode fazer a diferença entre a sobrevivência e o naufrágio.

A imagem do barco de Neurath pode, assim, ser revisitada e recriada como uma parábola para entender as encruzilhadas da ciência moderna nesse momento de confluência e dinâmica sindémica – de intersecção e potenciamento mútuo - de crises que marcam o tempo presente, tendo como manifestação mais dramática a pandemia de Covid19. Naquele que, seguindo Boaventura de Sousa Santos, aparece como o verdadeiro momento fundador do século XXI, a ciência e a sua autoridade enquanto modo de conhecimento capaz de estabelecer a distinção entre o verdadeiro e o falso e de produzir conhecimento suscetível de ser mobilizado para transformar o mundo no sentido do progresso e do bem comum, encontra-se sob o assalto de forças que negam essa autoridade, assim como a dos saberes periciais e especializados sancionados pelo Estado e que este invoca como legitimação da suas políticas. Em países como os Estados Unidos ou o Brasil, cientistas e peritos são desautorizados ou silenciados por governos de extrema-direita, acusados de alinhamento com os seus adversários e tratados como inimigos, e o conhecimento científico é deslegitimado ou suprimido. A resposta a esta situação por parte dos cientistas e das instituições científicas e de regulação que se apoiam no conhecimento científico tem sido a de se colocar numa posição que apela à defesa incondicional da ciência se torna um imperativo de cidadania e uma obrigação de todos os democratas que se opõem aos obscurantismos e negacionismos que denunciam como conspirações o aquecimento global, a crise ecológica ou a gravidade da pandemia.

Esta estratégia, contudo, é vulnerabilizada pelas próprias limitações e incertezas que marcam a produção de conhecimento, em particular do conhecimento científico, em situações que associam a incerteza à urgência das respostas. Não estamos, como sugere a parábola do barco, condenados a ter de optar entre a adesão incondicional a uma ciência que, nos próprios termos em que se define, lida com a incerteza de uma forma que se opõe a uma adesão fiduciária aos seus postulados e às suas promessas, e o mergulho no inferno da desinformação, da produção deliberada de ignorância e das *fake news*.

O conhecimento científico é uma das formas de conhecimento existentes no mundo, e mais do que entrincheirar-se numa defesa da sua autoridade ao navegar nas águas turbulentas e desconhecidas ou mal conhecidas da crise, ela pode encontrar os seus aliados naqueles que se opõem à ofensiva das forças que procuram “aplanar” o mundo, as experiências de vida e os saberes que o constituem. Quando a ciência procura conhecer em tempos de incerteza e de emergência, na urgência de responder a uma confluência de crises que ameaçam a própria sobrevivência do barco da ciência, pensar a coexistência e relacionamento mútuo da diversidade existente dos saberes e experiências como o caminho para a emergência de ecologias de saberes permite abrir caminhos que admitem as limitações, a falibilidade, mas também as capacidades de uma ciência que pode aprender a conhecer com as outras formas de experiência e de conhecimento, num exercício continuado de tradução intercultural e de relação colaborativa e não-extrativista.

João Arriscado Nunes é Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, co-coordenador do Programa de Doutoramento "Governança, Conhecimento e Inovação" e Investigador do CES. Foi Pesquisador Visitante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas dos estudos de ciência e de tecnologia (em particular, da investigação biomédica, ciências da vida e da saúde pública, da relação entre ciência e outros modos de conhecimento), da sociologia política (democracia, cidadania e participação pública, nomeadamente em domínios como ambiente e saúde) e teoria social e cultural (com ênfase no debate sobre as "duas culturas"). Mais recentemente, coordenou os projectos de investigação "Avaliação do estado do conhecimento público sobre

saúde e informação médica em Portugal", no âmbito do Programa Harvard Medical School - Portugal e "BIOSENSE". Coordenou e participou em vários projectos nacionais e internacionais. Co-organizador dos livros Enteados de Galileu: A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência (Porto: Afrontamento, 2001); Reinventing Democracy: Grassroots Movements in Portugal (London: Frank Cass, 2005) e Objectos Impuros: Experiências em Estudos Sobre a Ciência (Porto: Afrontamento, 2008) e autor de publicações diversas.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.